

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 03 de abril de 2023 às 08h05
Seleção de Notícias

O Estado de S. Paulo | BR

Propriedade Intelectual

Direitos autorais vão resistir à IA? 3
A FUNDO

Folha de S. Paulo | BR

Direitos Autorais

Queda de braço entre Globo, Meta e Google é entrave para lei da internet 6
POLÍTICA | PATRÍCIA CAMPOS MELLO

O Globo Online | BR

02 de abril de 2023 | Direitos Autorais

Inteligência artificial: entenda como o salto tecnológico trará mudanças profundas, mas imprevisíveis 10

Blog Lorena Bueri - R7 | BR

02 de abril de 2023 | Direitos Autorais

PL das Fake News prevê agência reguladora das redes sociais 14

Direitos autorais vão resistir à IA?

A FUNDO

Toneladas de dados já foram extraídos, em toda parte, pelos bots.

E os processos começam a aparecer

Vejam duas abordagens da indústria da música para a inteligência artificial (IA). Uma delas é a de Giles Martin, filho de sir George Martin, produtor dos Beatles. No ano passado, para remixar o álbum *Revolver*, do Fab Four, de 1966, ele usou inteligência artificial para apreender os sons dos instrumentos de cada integrante da banda (por exemplo, a guitarra de John Lennon) a partir de uma fita master mono para poder, depois, separá-los e fazer engenharia reversa em estéreo.

O resultado é glorioso. A outra abordagem também não é ruim. Trata-se da resposta de Nick Cave, um temperamental cantor e compositor australiano, ao ler letras escritas em seu estilo pelo ChatGPT, a ferramenta de inteligência artificial desenvolvida pela startup OpenAI. "Essa música é um lixo", escreveu ele. "Compor uma música boa não é mímica, nem replicação, nem pastiche, é o contrário. Isso é um ato de assassinato de si que destrói tudo o que alguém se esforçou para produzir no passado."

É improvável que Cave se impressione com a versão mais recente do algoritmo por trás do ChatGPT, apelidado de GPT-4, que a OpenAI revelou em 14 de março. Martin talvez ache útil. Michael Nash, diretor digital da Universal Music Group, a maior gravadora do mundo, cita seus exemplos como evidência de temor e entusiasmo a respeito da IA por trás de aplicativos de criação de conteúdo, como ChatGPT (para texto) ou Stable Diffusion (para imagens).

Essas ferramentas podem ajudar no processo criativo. Também podem destruí-lo ou usurpá-lo. No entanto, para a música em geral, a chegada dos bots traz à mente um evento sísmico de sua história: a rápida ascensão e queda do Napster, uma plataforma para

compartilhamento sobretudo de músicas piratas na virada do milênio. O Napster acabou sendo derubado pela lei de **direitos** autorais.

Para provedores de bots agressivos, acusados de passar por cima da propriedade intelectual, Nash tem uma mensagem simples que, vinda de um veterano da indústria musical da era Napster, soa como ameaça. "Não se posicione no mercado e implore por perdão. Essa é a abordagem do Napster."

A questão principal aqui não são as paródias de Cave feitas por IA nem os falsos sonetos de Shakespeare. São os oceanos de dados protegidos por **direitos** autorais que os bots extraíram enquanto eram treinados para criar conteúdo semelhante ao humano. Essas informações vêm de todos os lugares: feeds de redes sociais, pesquisas na **internet**, bibliotecas digitais, televisão, rádio, bancos de estatísticas e assim por diante. Muitas vezes, alega-se, os modelos de IA saqueiam os bancos de dados sem permissão. Os responsáveis pelo material de origem reclamam que seu trabalho é usado sem consentimento, crédito ou compensação. Em suma, algumas plataformas de inteligência artificial podem estar fazendo com outras mídias o que o Napster fez com as músicas: ignorando totalmente os **direitos** autorais. E os processos começaram a aparecer.

É um campo minado jurídico, com implicações que se estendem para além das indústrias criativas, rumo a qualquer negócio em que o aprendizado de máquina tenha algum papel - como carros autônomos, diagnósticos médicos, robótica de fábrica e gerenciamento de riscos de seguros. A União Europeia, fiel à burocracia, tem uma diretiva sobre **direitos** autorais que se refere à mineração de dados (escrita antes do recente boom dos bots).

Especialistas dizem que os EUA não têm casos específicos para a IA generativa. Em vez disso, têm teorias conflitantes sobre se a mineração de dados sem

Continuação: Direitos autorais vão resistir à IA?

licença é permitida ou não sob a doutrina do fair use (uso razoável ou aceitável, na tradução para o português). O Napster também tentou emplacar o fair use como defesa nos EUA - e fracassou. Isso não quer dizer que o resultado será o mesmo desta vez.

Os principais argumentos em torno do fair use são fascinantes. Segundo uma palestra de Mark Lemley e Bryan Casey sobre o assunto, publicada no periódico acadêmico Texas Law Review, o uso de obras protegidas por **direitos** autorais é considerado razoável ou aceitável quando serve a um propósito social valioso - ou seja, o material de origem é transformado a partir do original e não há efeito sobre o mercado dos detentores de **direitos** autorais. Os críticos argumentam que as inteligências artificiais não transformam, apenas exploram a totalidade dos bancos de dados que mineram.

Eles alegam que as empresas por trás do aprendizado de máquina abusam do fair use ao "pegar carona" no trabalho de terceiros. E afirmam que isso ameaça os meios de subsistência dos criadores, bem como da sociedade em geral, visto que a IA pode promover vigilância em massa e disseminar desinformação. Os autores pesam esses argumentos contra o fato de que, quanto maior for o acesso aos dados para treinamento, melhor será a IA - e de que, sem esse acesso, talvez nem exista Inteligência Artificial. Em outras palavras, a indústria pode morrer ainda na infância. Eles caracterizam este momento como uma das questões legais mais importantes do século: "A lei de **direitos** autorais permitirá que os robôs aprendam?".

Um processo inicial que chama a atenção é o da Getty Images. A agência de fotografia acusa a Stability AI, dona da Stable Diffusion, de infringir seus **direitos** autorais sobre milhões de fotos de sua coleção para construir um modelo de geração de imagens de IA que competirá com a Getty. Se o caso não for resolvido fora do tribunal, poderá abrir um precedente sobre o fair use. Um veredicto ainda mais importante pode vir em breve da Suprema Corte dos EUA em um caso envolvendo a transformação de imagens pro-

tegidas por **direitos** autorais de Prince, o ídolo pop, pelo falecido Andy Warhol. Daniel Gervais, especialista em propriedade intelectual da Vanderbilt Law School em Nashville, acredita que os juízes podem fornecer orientações há muito esperadas sobre o fair use em geral.

A extração de dados protegidos por **direitos** autorais não é a única questão legal que a IA generativa enfrenta. Em muitas jurisdições, os **direitos** autorais se aplicam apenas ao trabalho criado por humanos. Portanto, ninguém sabe ao certo até que ponto os bots podem reivindicar proteção de **propriedade** intelectual para o material que geram. Fora dos tribunais, as maiores questões são políticas: a IA generativa deve ou não desfrutar das mesmas proteções de responsabilidade pelo conteúdo que exibe, como as plataformas de redes sociais? E até que ponto isso compromete a privacidade dos dados?

DIREITOS AUTORAIS CONTRA A PAREDE

Mas a batalha em torno da propriedade intelectual será grande. Nash diz que as indústrias criativas devem se posicionar rapidamente para garantir que a produção dos artistas seja licenciada e usada eticamente no treinamento de modelos de IA. Ele exorta as empresas de inteligência artificial a "documentar e divulgar" suas fontes. Mas reconhece que é um equilíbrio delicado. Caras criativos não querem soar como inimigos do progresso.

Muitas pessoas podem se beneficiar da IA no trabalho. A lição da "terapia da realidade" do Napster, como Nash a chama, é que é melhor se envolver com novas tecnologias do que torcer para que elas desapareçam. Talvez desta vez não sejam necessários 15 anos de receita desmoronando para que a indústria aprenda a lição.

TRADUÇÃO DE RENATO PRELORENTZOU

-

Continuação: Direitos autorais vão resistir à IA?

Dois lados

Novas ferramentas podem, sim, ajudar no processo criativo. Também podem destruí-lo ou usurpá-lo

Campo minado

Para os envolvidos, há um "campo minado jurídico" que vai além da indústria criativa

Abaixo a mímica

Nick Cave, cantor australiano copiado pelo Chat-GPT: "Compor uma música boa não é mímica, nem replicação"

Queda de braço entre Globo, Meta e Google é entrave para lei da internet

POLÍTICA

Remuneração de conteúdos jornalísticos é ponto que gera mais divisão no PL das Fake News

Patrícia Campos Mello

Uma queda de braço entre Globo, Google e Meta sobre o financiamento do jornalismo é o principal entrave para o projeto de lei 2630, conhecido como PL das Fake News, uma prioridade do governo Lula.

O Executivo enviou na última quinta-feira (30) ao relator do PL, deputado Orlando Silva (PC do B SP), uma proposta de substitutivo que flexibiliza o **Marco Civil da Internet** ao prever punição das plataformas por conteúdo antidemocrático.

Apesar de a punição das big techs ser o tema mais espinhoso da lei, a remuneração de conteúdos jornalísticos pelas plataformas é o que gera mais divisão.

A Globo e os grandes veículos de mídia defendem um modelo semelhante ao implementado na Austrália em 2021, de negociação direta com plataformas por pagamento de conteúdo.

A Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas) e a Ajor (Associação de Jornalismo Digital), que reúne veículos independentes e checadores, propõem um fundo de incentivo a o jornalismo a partir da taxaço das big techs.

O texto do Executivo estabelece pagamento de **direitos** autorais a conteúdo jornalístico ao lado de música, vídeos e outros. E as big techs acham que o "fundo" é a a solução "menos pior".

O financiamento ao jornalismo é prioridade da Globo, que pressionou para que o tema fosse incluído na

legislação.

O News Media Bargaining Code australiano determina que veículos negociem de forma individual ou coletiva com as plataformas o pagamento pelo conteúdo jornalístico. Caso não cheguem a um acordo, está prevista a **arbitragem**.

A premissa é que as plataformas de **internet** lucram indevidamente com conteúdo jornalístico e deveriam pagar por isso. O pano de fundo é a crise do modelo de negócios da mídia tradicional. A ascensão da **internet** sufocou financeiramente os veículos, porque as plataformas ficam com a maior parte da receita com anúncios online.

Plataformas se opõem ao código de barganha. Quando foi adotado na Austrália, em 2021, o Facebook chegou a bloquear o compartilhamento de notícias na plataforma por uma semana. O Google tinha ameaçado acabar com o mecanismo de busca no país.

Fenaj e Ajor são contra essa negociação direta, que favoreceria veículos maiores, como a Globo, que têm mais poder de fogo.

"Vimos o que aconteceu na Austrália e na França, com o bargaining code: isso gerou acordos milionários com grandes grupos de mídia, e grupos menores, especializados ou locais ficaram de fora ou receberam um trocadinho ali", diz Natália Viana, presidente da Ajor.

"Ninguém sabe quanto foi pago, porque tem acordos de confidencialidade e ninguém sabe se o valor está sendo usado para pagar os jornalistas. E se toda a grana está indo para os CEOs?."

De fato, na Austrália, o maior beneficiário foi a gigante News Corp, do bilionário Rupert Murdoch,

Continuação: Queda de braço entre Globo, Meta e Google é entrave para lei da internet

que fechou um acordo de três anos estimado em US\$ 150 milhões.

Mas Rod Sims, ex-presidente da Comissão de Consumo e Concorrência da Austrália, publicou relatório mostrando que quase todos os veículos de mídia habilitados da Austrália fecharam acordos com o Facebook e o Google, inclusive os menores, com publicações que empregam 85% dos jornalistas australianos.

Segundo ele, a Country Press Australia, que reúne 160 publicações pequenas e regionais, recebeu um dos maiores valores por jornalista empregado. Ele calculou que o código gerou cerca de US\$ 200 milhões por ano de pagamento das plataformas às publicações.

O Canadá debate uma lei semelhante no parlamento.

No Brasil, Fenaj e Ajor defendem um fundo para financiamento do jornalismo a partir da taxaço das big techs, embora as duas diverjam nos detalhes.

A Fenaj preparou dois anteprojetos de lei propondo um fundo inspirado no Fundo Setorial do Audiovisual, com gestão multissetorial e políticas para beneficiar mídias de minorias, desertos de notícias, jornalismo inclusivo, educação midiática, jornalistas negros, quilombolas, indígenas, mulheres e LGBTQ 1 A+.

"O artigo 38 [negociação direta] transfere o poder dos gigantes digitais para os gigantes da radiodifusão, e não beneficia os jornalistas nem os pequenos veículos", diz Samira de Castro, presidente da Fenaj.

O fundo conquistaria votos da ala mais à esquerda na Câmara, mas, segundo lideranças, dificilmente conseguiria o apoio suficiente.

Natália Viana, presidente da Ajor, diz que os fundos para apoio ao jornalismo têm sido criados em países

como Áustria, Itália, Holanda, Noruega e Canadá e são parte de uma política pública que procura fomentar o jornalismo em busca de novas fontes, formatos e projetos de sustentabilidade.

E se assume um governo autocrático? Mesmo com gestão multissetorial, é ingenuidade achar que esse fundo [para o jornalismo não seria instrumentalizado para fins ideológicos pelos governos

Marcelo Rech, presidente-executivo da ANJ

Na visão das plataformas, o fundo seria a solução menos pior, porque ofereceria maior previsibilidade de quanto terão de pagar. Mas também porque os valores provavelmente seriam menores.

Enquanto Fenaj e Ajor defendem que os impostos sobre as big techs seriam sobre a receita, algumas plataformas querem que a taxaço seja só sobre o faturamento dos anúncios em conteúdo jornalístico que representam a minoria.

No caso das mídias menores, incluindo agências de checagem, há mais um fator - muitas delas dependem do financiamento do Google e Facebook e temem perder parte desses recursos caso seja aprovada a negociação direta ou o pagamento de **direitos** autorais.

As associações de jornalismo também são financiadas, majoritariamente, pelas big techs - 70% do financiamento da Ajor vêm do Google, Meta e TikTok, e 80% dos recursos da Abraji.

A ANJ (Associação Nacional de Jornais) e a Globo se opõem à criação de um fundo para remunerar o jornalismo.

Para a ANJ, é temerário. "E se assume um governo autocrático? Mesmo com gestão multissetorial, é ingenuidade achar que esse fundo não seria instrumentalizado para fins ideológicos pelos governos", diz Marcelo Rech, presidente-executivo da entidade.

Continuação: Queda de braço entre Globo, Meta e Google é entrave para lei da internet

"E o governo sempre pode contingenciar os recursos dos fundos."

Além disso, um fundo provavelmente renderia um volume menor de recursos para os grandes veículos. Representantes da grande mídia acreditam que poderia ser criado um fundo para fazer políticas públicas específicas, mas isso não substituiria a remuneração por conteúdo.

Sob pressão do Ministério da Cultura e de entidades que representam artistas, a proposta do governo federal prevê pagamento de direitos autorais de forma geral, mas foi rejeitada por todos os setores e não tem apoio das lideranças na Câmara.

Seria algo na linha do que fez a Europa com a diretiva de **direitos** autorais digitais em 2021, que prevê as plataformas pagando por **direitos** autorais aos jornalistas autores e veículos em negociação coletiva. A crítica é que o modelo beneficia os grandes veículos, mas não os jornalistas e as mídias menores.

"Copyright abre tuna discussão gigantesca que não leva a lugar nenhum, beneficia quem quer procrastinar", diz Rech, aa ANJ.

Mídias menores e parte da sociedade civil apontam que os dois modelos, Copyright e negociação direta, privilegiam conteúdo que gera cliques e engajamento.

"Isso pode incentivar jornalismo de celebridades, caça e fiques, e não jornalismo de interesse público, investigativo, com pluralismo", afirma Francisco Brito Cruz, diretor-executivo do **Internet** Lab, que defende um fundo. "E, de fato, se a torneira das plataformas fechar, vários veículos pequenos vão ficar na chuva."

Procurada, a Meta (dona do Facebook) indicou que a visão global da empresa sobre financiamento do jornalismo está em documento de título: "Novo estudo mostra que a indústria de notícias colhe vantagens

econômicas consideráveis do Facebook".

Em meio à disputa, ganha força a ideia de pôr na lei uma proposta genérica, de que o conteúdo jornalístico deve ser remunerado, e prever regulação posterior. Seria uma forma de garantir a aprovação da lei com as mudanças no Marco Civil e na propaganda online, prioridades da Globo e das agências de publicidade.

A Ajour também acha que a prioridade é incluir no projeto a remuneração.

"O fundamental, agora, é que se consolide na lei a obrigatoriedade de pagamento das plataformas ao jornalismo" diz Viana.

As plataformas, no entanto, enxergam aí uma "pegadinha" - na regulamentação, por decreto, poderiam surgir vários "jabutis", como são conhecidos os temas não relacionados ao projeto original

-

Entenda o que está em jogo

Qual o debate sobre a regulação das redes sociais? Sob o impacto dos atos de 8 de janeiro, governo Lula elaborou proposta que obriga redes a remover conteúdo que viole a Lei do Estado Democrático, com incitação a golpe, e prevê multa em caso de descumprimento generalizado

O que é o **Marco** Civil da **Internet**? Lei com direitos e deveres para o uso da **internet** no país. O artigo 19 isenta as plataformas de responsabilidade por danos gerados pelo conteúdo de terceiros. Só estão sujeitas a pagar indenização se não atenderem ordem judicial.

A constitucionalidade do artigo 19 é questionada no STF

A proposta do governo impacta o Marco Civil?

Continuação: Queda de braço entre Globo, Meta e Google é entrave para lei da internet

O entendimento é que o projeto a ser incluído no PL abre mais uma exceção no Marco Civil. Hoje, as empresas são obrigadas a remover imagens de nudez não consentidas mesmo antes de ordem judicial e violações de **direitos** autorais. O governo quer que conteúdo golpista também se torne uma exceção à imunidade dada pela lei. Empresas não seriam punidas caso um ou outro conteúdo violador fosse encontrado, só se houver descumprimento generalizado

COMO É OUTROS PAÍSES

EUA A legislação imuniza as plataformas por conteúdos de terceiros e não responsabiliza as empresas caso o conteúdo seja removido em boa fé. Projetos e ações na Justiça discutem ampliar a responsabilidade das plataformas

União Européia Diretiva prevê que redes só podem ser responsabilizadas se não agirem após denúncia. A lei de serviços digitais, vigente a partir deste mês, mantém essa imunidade, mas estabelece obrigações às plataformas, como relatórios de transparência, e demonstração de conteúdos removidos

Reino Unido Empresas não podem ser punidas por danos causados por conteúdo de terceiros.

Uma proposta estatui que as plataformas deverão ga-

rantira aplicação de seus próprios termos de uso, eo direito dos usuários de recorrer das decisões de moderação

ONDE ENTRA O FINANCIAMENTO AO JORNALISMO?

O PL previa negociação direta dos veículos com as big techs para remuneração de conteúdo jornalístico, em mecanismo semelhante ao implementado na Austrália em 2021. A medida é defendida pela Globo e grandes empresas de mídia. Mas a proposta do Executivo estipula que o conteúdo jornalístico entraria em um esquema de pagamento de **direitos** autorais como músicas, vídeos e filmes.

A Fenaj e os veículos menores de mídia rejeitam as duas idéias e propõem a criação de um fundo, a partir de taxação das big techs, para incentivar principalmente jornalismo de interesse público, plural, de grupos minoritários. A ideia não é encampada pela grande mídia. As plataformas se opõem à negociação direta e aos **direitos** autorais, e parte das empresas admite a criação de um fundo

Inteligência artificial: entenda como o salto tecnológico trará mudanças profundas, mas imprevisíveis

IA é capaz de criar textos, imagens, códigos de programação, vídeos ou qualquer outra linguagem natural, aptidão cognitiva inerente à condição humana. O avanço da inteligência artificial (IA) ao longo da última década começou a atingir, nos últimos meses, um nível de maturação que promete alterar profundamente a forma como nós, seres humanos, desempenhamos atividades cotidianas, interagimos com familiares e amigos, trabalhamos, agimos em sociedade e até mesmo como votamos, com potenciais riscos ainda desconhecidos.

A IA já está presente no dia a dia de boa parte da população global - de uma rede social que recomenda conteúdo personalizado até uma simples mensagem digitada em um app que sofre a influência de um corretor automático, por exemplo. Mas a Humanidade começa a experimentar agora uma nova era da IA, capaz de cruzar fronteiras há pouco tempo consideradas estritamente humanas, como as da linguagem e da criatividade.

Trata-se da inteligência artificial generativa, termo que descreve o campo da IA capaz de criar textos, imagens, códigos de programação, vídeos ou qualquer outra linguagem natural, aptidão cognitiva inerente à condição humana. Para especialistas, trata-se de salto tecnológico muito maior do que o que vimos até agora, com consequências profundas e imprevisíveis.

Esse tipo de IA, que ensejou uma nova corrida no Vale do Silício, nos EUA - com investidores aportando US\$ 1,37 bilhão (quase R\$ 7 bilhões) em ao menos 78 startups do ramo só no ano passado -, popularizou-se por meio de interfaces intuitivas, acessíveis a qualquer mortal na **internet**, como Midjourney, ChatGPT e DALL-E.

São ferramentas que se relacionam com o usuário a partir de conversas, nas quais é possível pedir que elas criem tudo o que um humano pode fazer, de artigos acadêmicos inteiros a códigos de programação, passando por notícias e imagens hiper-realistas (como as que ilustram esta reportagem), capazes de turbinar a já problemática indústria de fake news.

Os primeiros exemplos do que essa nova geração de IA é capaz têm assustado muita gente, de técnicos a acadêmicos, de autoridades a pessoas comuns, tanto pelas oportunidades que se abrem quanto por seus riscos. Todo esse potencial já começa a mexer com a vida das pessoas e com a economia, embora especialistas afirmem que ainda estejamos longe de identificar todas as suas possibilidades.

Eles alertam, inclusive, que, a depender do modo como essas ferramentas são disponibilizadas e utilizadas, o impacto da IA generativa pode ter diferentes contornos. O equilíbrio desses efeitos depende do estabelecimento de padrões éticos e de uma regulação, o que não houve, por exemplo, com as redes sociais, apontam especialistas.

Com base nessa preocupação, uma carta divulgada na semana passada pedindo uma pausa no desenvolvimento de novas gerações de IA foi assinada por mais de mil acadêmicos, como o historiador Yuval Harari, e executivos do setor, como o bilionário Elon Musk, indicando que nem os criadores de máquinas inteligentes conseguem "entender, prever ou controlar de forma confiável" o potencial delas.

Voto em meio a 'vertigem' de desinformação

2 de 3

Tirollesa no Pão de Açúcar? Imagem gerada em pla-

Continuação: Inteligência artificial: entenda como o salto tecnológico trará mudanças profundas, mas imprevisíveis

taforma de inteligência artificial simula fato que ainda não aconteceu - Foto: Midjourney/Arte e Fotografia O GLOBO Tirolesa no Pão de Açúcar? Imagem gerada em plataforma de inteligência artificial simula fato que ainda não aconteceu - Foto: Midjourney/Arte e Fotografia O GLOBO

Os especialistas explicam que esses sistemas se baseiam em grandes modelos de linguagem, algoritmos treinados com larga quantidade de dados. Podem não só processar dados, mas aprender com eles para prever, por exemplo, a próxima palavra ou tarefa a ser tomada com base no contexto anterior.

Somam-se a isso o recente ganho de escala e o alcance franqueado na **internet**. Embora as próprias plataformas destaquem que seus sistemas são passíveis de erros grosseiros e até desinformação, seu controle é quase nulo sobre o conteúdo gerado.

Já são muitas as demonstrações de que essas ferramentas têm condições de alimentar a indústria de notícias falsas e volumes muito maiores que os atuais. Na semana passada, o Midjourney suspendeu seus testes gratuitos depois que imagens falsas do Papa usando casaco esportivo viralizaram nas redes e provocaram excesso de demanda na plataforma.

Também tomaram as redes uma imagem falsa de uma cena na qual o ex-presidente dos EUA Donald Trump é preso e um áudio atribuído ao atual ocupante da Casa Branca, Joe Biden, gerado por uma ferramenta de clonagem de voz.

Na esfera política, as IAs generativas são perturbadoras porque potencializam deepfakes, conteúdos falsos com contornos realistas produzidos em poucos minutos e capazes de convencer multidões. As pessoas afetadas são levadas a tomar decisões, como na hora de votar, sob uma "vertigem", como de-

fine Fernanda Bruno, coordenadora do MediaLab da UFRJ:

- Viveremos num mundo onde não vão importar o verdadeiro e o falso. Entra-se na zona do imprevisível, do imponderável, com o qual atores e instrumentos institucionais e políticos não dão conta de lidar - afirma Fernanda.

É um risco para a democracia, diz João Victor Archegas, pesquisador do ITS Rio:

- A democracia é uma criação de consensos e acordos a partir da linguagem, que é como constituímos nossa realidade. A partir do momento em que passa a dominar a linguagem, a IA tem a chave para acessar e modificar nossa realidade. Já está criando um simulacro pela linguagem visual. É altamente preocupante.

Veja imagens criadas por O GLOBO com ajuda do Midjourney, site de inteligência artificial 1 de 10

Imagem simula zebras na Lagoa Rodrigo de Freitas - Foto: Midjourney 2 de 10

Imagem simula zebras na Lagoa Rodrigo de Freitas - Foto: Midjourney X de 10 Publicidade 10 fotos 3 de 10

Carros voadores - Foto: Midjourney 4 de 10

Carros voadores - Foto: Midjourney X de 10 Publicidade 5 de 10

O cantor Elvis Presley no metrô de Nova York - Foto: Midjourney 6 de 10

O cantor Elvis Presley no metrô de Nova York - Foto: Midjourney X de 10 Publicidade 7 de 10

O empresário Elon Musk em Marte - Foto: Midjourney 8 de 10

Continuação: Inteligência artificial: entenda como o salto tecnológico trará mudanças profundas, mas imprevisíveis

O empresário Elon Musk em Marte - Foto: Midjourney X de 10 Publicidade 9 de 10

O Rei Charles III coroadado - Foto: Midjourney 10 de 10

O Rei Charles III coroadado - Foto: Midjourney X de 10 Publicidade Â Robô compositor e 'blogueirinho'

Sabe aquela playlist favorita que o algoritmo do streaming criou para você a partir dos seus gostos, que ele conhece como ninguém? Pode não render **direito** autoral para ninguém se todas as canções forem compostas por uma máquina que sabe muito bem o que você quer ouvir. E o seu influenciador digital favorito? Será que é de carne e osso?

O cinema, a literatura, a fotografia, a música, a arquitetura e as artes plásticas são campos da cultura e da subjetividade que podem sofrer grandes transformações com as máquinas capazes de criar objetos culturais a partir de estímulos específicos e não aleatórios.

- A produção de conteúdo sintético passa a ter um papel relevante. Até pouco tempo, o algoritmo organizava as músicas no app de streaming. Hoje, a música que ouvimos talvez já possa ter sido criada pelo próprio algoritmo. Uma mudança fundamental de paradigma, sem dúvida - avalia Arthur Igreja, palestrante e especialista em inovação.

Mas isso não quer dizer que os trabalhadores da indústria criativa irão desaparecer, embora essas novas tecnologias tragam dilemas éticos referentes à propriedade intelectual. Afinal, o que alimenta o repertório das máquinas é o que foi criado por alguém.

- Modelos de linguagem criam variações a partir da união de muitos textos e geram uma criatividade no

sentido computacional, mas não uma criatividade intencional que pensa em si e pensa o público - afirma Thiago Tavares, professor do curso de Ciência da Computação do Insper.

3 de 3

O bilionário Elon Musk passeando em Marte? Imagem gerada em plataforma de inteligência artificial simula fato que ainda não aconteceu - Foto: Midjourney/Arte e Fotografia O GLOBO O bilionário Elon Musk passeando em Marte? Imagem gerada em plataforma de inteligência artificial simula fato que ainda não aconteceu - Foto: Midjourney/Arte e Fotografia O GLOBO

Na indústria da moda, um estudo da consultoria McKinsey estima que, nos próximos três a cinco anos, a IA generativa pode adicionar US\$ 150 bilhões aos lucros operacionais dos setores de vestuário, moda e luxo, do codesign à aceleração dos processos de desenvolvimento de conteúdo.

'Intimidade artificial' que afeta a sociabilidade

Não faltam estudos sobre o impacto dos algoritmos das redes sociais sobre a saúde mental e a forma como nos relacionamos em sociedade. Plataformas voltadas para imagens, como Instagram e TikTok, que já permitem o uso de filtros baseados em IA em escala massiva, podem levar a distúrbios envolvendo a percepção das pessoas sobre sua própria imagem. Em muitas dessas ferramentas, é a máquina quem define como um rosto deve ser "corrigido", em vez de responder a preferências do usuário.

Há ainda outros desafios psicológicos e cognitivos diante da interação cada vez maior entre humano e máquina, por meio da linguagem. A história do personagem de Joaquin Phoenix no filme "Ela", apaixonado pela voz e as palavras de uma robô virtual, fica mais próxima da realidade.

Continuação: Inteligência artificial: entenda como o salto tecnológico trará mudanças profundas, mas imprevisíveis

- As pessoas utilizam cada vez mais máquinas e, com isso, podem projetar uma agência que a máquina não têm, ao que chamamos de "intimidade artificial" - explica Diogo Cortiz, professor da PUC-SP. - Você constrói intimidade com a máquina, mas a recíproca não é verdadeira, porque a máquina não tem intimidade com você. E isso pode trazer diversas con-

sequências que a gente ainda não conhece.

Webstories

PL das Fake News prevê agência reguladora das redes sociais

Governo tem projeto para cobrar taxa para criar agência reguladora das redes sociais. A agência controlaria postagens indevidas e cuidaria de **direitos** autorais. O projeto afirma que a Meta e o Google precisam ser mais transparentes em suas políticas. Além disso, o governo brasileiro quer que as empresas sejam mais claras sobre a dinâmica de impulsionamento e divulgação de conteúdos violentos.

O principal problema é que, para patrocinar esta agência reguladora seria necessária a cobrança de uma taxa de uso das redes sociais. A taxa também seria usada para pagar **direitos** autorais.

A agência seria responsável pelo controle de fake news e conteúdo de ódio. Assim as redes sociais terão que se responsabilizar por conteúdos ilegais postados.

As multas previstas nestes casos são de 50 mil até 1 milhão de reais. Já quando se trata de **direitos** autorais os valores devem ser negociados com as associações dos produtores de conteúdo.

Aplicativos (Reprodução/ Pixabay)

Uma brecha estranha desta lei é a imunidade para os

políticos nas redes sociais. Sendo assim, ministros de Estado e políticos do Legislativo e Executivo não podem ter as contas suspensas por mais de uma semana, nem excluídas definitivamente.

O governo também exige que as redes sociais notifiquem os usuários em caso de exclusão. A notificação deve ser feita com texto em português, escrito com clareza. O usuário deve ter 30 dias para recorrer da exclusão.

Um dos motivos do projeto foram os ataques antidemocráticos de 8 de janeiro, que foram organizados pelas redes sociais. Um dos trechos diz que a intenção é impedir o impulsionamento de conteúdo que "negue fatos históricos violentos bem documentados", ou incite a "sublevação contra a ordem democrática".

Orlando Silva disse que virá a público explicar o projeto da agência reguladora. Segundo o relator da PL das Fake News, o público não entendeu a intenção do governo. "Ouvi a manifestação deles mas ainda não estudei, devo fazê-lo nos próximos dias".

Foto Destaque: Redes sociais. Reprodução/ Pixabay

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual
3

Direitos Autorais
3, 6, 10, 14

Marco Civil
6

Arbitragem e Mediação
6